

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 35.527 - DF (2018/0044871-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECLAMANTE : ANTONIO VENANCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : JUVENAL NORBERTO DA SILVA JÚNIOR - DF024107
CARLOS FLÁVIO VENÂNCIO MARCÍLIO - DF023100
HAMILTON CARVALHIDO E OUTRO(S) - DF034803
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
INTERES. : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : ALEXANDRE VITORINO SILVA E OUTRO(S) - DF015774

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECLAMAÇÃO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. DECISÃO DO STJ, TRANSITADA EM JULGADO, QUE RECONHECE A VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. REJULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SANANDO O VÍCIO DE OMISSÃO APONTADO. CUMPRIMENTO DO *DECISUM* PROFERIDO NO ARESP 856.344/DF. RECLAMAÇÃO DA CONTRIBUINTE JULGADA IMPROCEDENTE.

1. A Reclamação, nos moldes do art. 105, I, f da Constituição Federal, e do art. 187 do RISTJ, destina-se a garantir a autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça ou a preservação de sua competência, sendo-lhe estranhos outros objetivos ou finalidades, ainda que relevantes, como asseguram os doutrinadores mais respeitados.

2. *In casu*, a questão a ser decidida nos presentes autos cinge-se ao descumprimento do acórdão proferido nos autos do AREsp. 856.344/DF, que deu provimento ao Recurso Especial da contribuinte, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se analise a questão referente à inconstitucionalidade da taxa de limpeza pública em razão do desprezo da mensuração da produção individual do lixo em cada imóvel.

3. Afirma a reclamante que o TJDF, ao negar provimento aos Embargos de Declaração **estaria em desconformidade com a decisão do AREsp. 856.344/DF**, sustentando que a decisão, transitada em julgado, reconheceu, expressamente, que houve omissão quanto à alegação de inconstitucionalidade da base de cálculo da TLP, já que não considerado o *quantum* do serviço público efetivamente utilizado pela contribuinte.

4. Todavia, a decisão reclamada não **descumpriu o comando jurisdicional emanado deste Tribunal Superior**, pois respeitou a autoridade de sua referida decisão, constitucionalmente assegurada, ao apreciar exaustivamente o tema referente à constitucionalidade da base de cálculo da Taxa de Limpeza Pública instituída pela

Superior Tribunal de Justiça

Lei 6.945/1981, do Distrito Federal.

5. Reclamação da Contribuinte julgada improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, julgar improcedente a reclamação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR